

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

MOVIMENTOS DE EJA EM MANAUS: Matrizes Históricas e Constitutivos Éticos
(2006-2011)

Bolsista: Katriny Alves de Aguiar, CNPq

MANAUS -AM

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ - REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL

PIB – SA– 0076/2012

MOVIMENTOS DE EJA EM MANAUS: Matrizes Históricas e Constitutivos Éticos
(2006-2011)

Bolsista: Katriny Alves de Aguiar, CNPq

Orientadora: Prof^a Dra. Ronney Feitoza

MANAUS-AM

2013

RESUMO

Este projeto objetivou investigar as ações voltadas para EJA na cidade de Manaus, estudando os teóricos sobre EJA, as políticas voltadas para essa modalidade, bem como, as categorias de análise: movimento, emancipação, educação de jovens e adultos e educação popular. Teve como objetivo, também, verificar se ações desenvolvidas por três entidades – ADECAM, Fórum de EJA, e SEMED/Manaus – apresentam-se como ações emancipatórias ou compensatórias. Para alcançar tal objetivo foi realizado um resgate histórico das ações desenvolvidas pelas referidas instituições no tempo político de 2006-2011. A pesquisa foi guiada pelas questões de se era possível identificar os constitutivos da EP na organização de suas ações, através dos seus eixos documentais e materiais didáticos, além de buscar saber se havia uma clara alusão à compreensão da educação em sentido amplo e da EJA como dimensão de trabalho com os excluídos, tendo a humanização como princípio norteador de suas práticas. Para alcançarmos nossos objetivos foi utilizada a abordagem crítico-dialética, e como fonte de dados, foram disponibilizados pelas instituições relatórios de encontros e congressos, projetos e programas desenvolvidos, documentos identitários, dentre outros, onde relatam seus objetivos, atrelados às teorias de Paulo Freire, bem como a descrição de suas ações.

Palavras-chave: Emancipação / Compensação; EJA.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
3. DESENVOLVIMENTO.....	16
3.1. Os Movimentos de EJA em Manaus: matrizes históricas e marcos conceituais: uma aproximação com as experiências pesquisadas.	18
3.1.1. ADECAM.....	18
3.1.2. Fórum de EJA.....	21
3.1.1. SEMED.....	23
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27
6. CRONOGRAMA	30
ANEXOS.....	32

APRESENTAÇÃO

Sabe-se que a Educação de Jovens e Adultos vem sendo uma modalidade, ao longo das décadas, com pouco incentivo/comprometimento por parte das instituições federais, estaduais e municipais, fazendo com que outras organizações (sociais, movimentos, etc.) se responsabilizem também por atuar nesse campo, desenvolvendo assim ações despradonizadas, com ideais diferenciados entre si.

Nesse sentido a presente investigação objetivou estudar as experiências de EJA no estado do Amazonas, identificando as iniciativas orgânicas no tempo político de 2006 a 2011, avaliando, através de seus registros documentais, as perspectivas emancipatórias ou compensatórias de tais projetos.

Tomada como oposição às propostas do Estado ou como esforço dos movimentos sociais, a EJA vem caminhando através de ações fragmentadas, em função da insuficiência das políticas de gestão, pela retração do Estado e falta de continuidade das políticas, gerando a pulverização de ações no âmbito da sociedade civil (GADOTTI, 2000).

A investigação foi baseada tomando como eixo de análise, o estudo dos movimentos de EJA, através do estudo aprofundado das categorias “movimento”; “emancipação humana”; “educação de jovens e adultos” e “educação popular”, categorias que nos balizaram no que diz respeito ao tratamento dos documentos coletados ao longo da pesquisa para avaliarmos as aproximações e distanciamentos desses projetos, do que intitulamos de constitutivos ético-políticos de uma EJA para a humanização e a emancipação humana.

A investigação se circunscreveu ainda, aos objetivos do Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas Educacionais (NEPE), onde buscou aprofundar os estudos e experiências desenvolvidos em Manaus, por entidades, instituições, pessoas e grupos mais diretamente envolvidos com as ações formais e não formais em EJA. Buscou dar continuidade e fortalecer a linha de Educação de Jovens e Adultos no Núcleo, que vem desenvolvendo ações em EJA desde a sua instituição na FACED-UFAM (1989), através de cursos de formação de educadores e de assessorias pedagógicas.

De acordo com Feitoza (2008) os movimentos de EJA no Amazonas, em suas ações, desenvolvem trajetórias e concepções diversas e que as tendências dessas experiências têm produzido resultados compensatórios e não emancipatórios, ressaltando que os movimentos de EJA de base popular, melhor oferecem contribuições

para a EJA, na dimensão da aproximação emancipatória, pela vivência dos valores contrários à lógica do capital.

Nesse sentido a investigação registrou ações voltadas para EJA realizadas por três instituições selecionadas pela presente pesquisa – ADECAM, Fórum EJA e SEMED Manaus – no eixo temporal proposto (2006-2011), considerando os estudos de Feitoza (2008), que procederam a registros da trajetória dos movimentos de EJA locais, até o ano de 2006, bem como, teve como objeto, a avaliação dos documentos e materiais didáticos das experiências identificadas.

As principais questões que desafiam o campo da EJA, como espaço educativo emancipatório, tem sido objeto de nossas preocupações no percurso do NEPE, desde 1989 e com base nos estudos empreendidos (FEITOZA, 2008, 2010; MARTINS, 2002, 2010; RIBEIRO, 1995; CHAGAS, 1998; MIRANDA, 2003) podemos afirmar que as experiências locais, não podem ser compreendidas, estudadas, analisadas e desenvolvidas sem que consideremos suas profundas relações com os campos econômico, político e social que as engendram. Destacamos nestas iniciativas, elementos constitutivos da matriz pedagógica clássica, advindos do legado da Educação Popular (EP) em nossa história da EJA, manifestos através de potenciais constituições éticas, estéticas e políticas, que buscam condensar, estruturar, materializar e legitimar o reconhecimento de uma concepção de educação e de sociedade fundada na humanização, eixo valorativo que aglutina as iniciativas, todos estes com diferentes predominâncias, em suas constituições e contribuições específicas para a EJA e da dimensão de uma educação plena, humanizadora, de qualidade social, que deste modo se definiria como emancipatória.

O debate sobre a EJA e os espaços de uma atuação efetivamente emancipatória e humanizadora, que parece sintetizar um dos eixos do pensamento educacional sobre o campo, apresenta-se aberto e através deste projeto, buscamos contribuir com reflexões e registros nesta direção, bem como, partir do acúmulo de nossos estudos e pesquisas objetivamos ainda, contribuir efetivamente com os registros sobre a EJA em Manaus.

Lembramos ainda que a questão da Educação de Jovens e Adultos no Brasil não é algo pertencente apenas ao século XX em diante. Esse déficit acompanha a nação desde os anos 500, com a chegada dos portugueses. Lembramos que quando estes chegaram ao Brasil encontraram uma população indígena que não tinha escolas, não eram letrados, visto que tal realidade não pertencia ao modo indígena da época.

Os portugueses deparados com tal realidade, através dos jesuítas, iniciaram uma ação educativa missionária. Recordamos que o objetivo dos portugueses, também era o que catequizar os índios para que passassem a obedecer as ordens portuguesas. A ação educativa ensinava o evangelho, normas de comportamento (europeus), etc. Iniciou com indígenas e posteriormente também desenvolviam tais atividades com os escravos negros. No entanto, as ações educativas jesuíticas foram paralisadas com a expulsão dos Jesuítas do Brasil em 1759. Percebemos então, o início do descompromisso com a educação dos adultos desde então, considerando que a partir desse momento a EJA demorará décadas para ser lembrada – com ações sérias e comprometidas.

Em 1824 foi elaborada a primeira Constituição Federal Brasileira. Considerando que, comparado aos países europeus, o Brasil se encontrava em grande atraso educacional, e, portanto precisava assumir compromissos com a educação brasileira a fim de acelerar o quantitativo de pessoas letradas no país, foi estabelecido o compromisso de garantir uma “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”, e, portanto inclusive para os jovens e adultos. Por outro lado, a constituição permaneceu apenas no papel, visto que a educação na época imperial não alcançou quase nenhum avanço. Ressalta-se também que o direito à educação também é interpretado, pela maioria das pessoas – inclusive pelas autoridades responsáveis por garantir tal direito – como um direito apenas às crianças. Não podemos deixar de citar que na época imperial eram poucas as pessoas que eram reconhecidas como cidadãos - apenas brancos e pertencentes à elite, excluindo assim negros, índios, e uma parte significativa das mulheres.

Percebemos o descompromisso com a educação brasileira, tanto com educação de jovens e adultos quando com a educação de crianças e adolescentes, quando verificamos índices alarmantes em 1980. Notamos que de 14 milhões de crianças, somente 250 mil crianças eram atendidas pelo então sistema de ensino. Segundo Haddad (2000), “ao final do Império, 82% da população com idade superior a cinco anos era analfabeta”.

Em 1891 é estabelecido o primeiro marco legal da Primeira República brasileira, onde estabelece que a responsabilidade pelo ensino básico passa a ser das Províncias e Municípios e à União reserva-se a responsabilidade do ensino secundário e superior. Percebemos dessa forma que o maior percentual de atendimento é de responsabilidade dos órgãos que possuem menos recurso financeiro e, portanto são incapazes de realizar grandes e significativas ações em prol da educação. Outro marco importante da nova

Constituição é a exclusão dos adultos analfabetos do direito ao voto, deixando assim a maior parte da população fora das decisões políticas do país. Não podemos deixar de lembrar que esse foi um período que apresentou diversas reformas educacionais, mostrando a preocupação da União com o sistema de ensino vigente, por outro lado tais preocupações não produziram ações, visto a ausência de recursos financeiros para tal. Dessa forma chegamos em 1920 com ainda 72% da população acima de cinco anos analfabeta.

Em 1930, o Brasil enfrenta uma grande uma grande mudança com a Revolução de 30, iniciando a “Era Vargas”. Com o novo governo é estabelecida uma nova Constituição, em 1934, onde estabeleceu um Plano Nacional de Educação (PNE) – a ser fiscalizado, coordenado pelo governo federal, reestabeleceu também uma serie de diretrizes objetivando a melhoria da qualidade da educação básica. Segundo Haddad (2000), esta Constituição

“reafirmou o direito de todos e o dever do Estado para com a educação; estabeleceu uma série de medidas que vieram confirmar este movimento de entregar e cobrar do setor público a responsabilidade pela manutenção e desenvolvimento da educação.”

Dessa forma, o Brasil vive um momento de reconhecimento da importância da educação básica para todos, inclusive para os Jovens e Adultos que não se escolarizaram na idade adequada. Em 1934, o PNE devia incluir em suas diretrizes o ensino primário integral e gratuito, com frequência obrigatória, estendendo-se à EJA. Em 1938, quatro anos mais tarde, é criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP, e através dele, em 1942 é instituído o Fundo Nacional do Ensino Primário, onde deveria realizar um programa progressivo de ampliação da educação primária incluindo o Ensino Supletivo (para adolescentes e adultos); 03 anos mais tarde, em 1945, é estabelecido que 25% devem ser aplicados a esta modalidade.

Nesse caminhar, ao final dos anos 40 a EJA é reconhecida como um problema de política nacional. Sendo assim, passa a ser tratada como uma modalidade séria que precisa de ações comprometidas e significativas, deixando de permanecer apenas nos documentos legais e se passando a ter ações práticas.

Lembramos também que por volta de 1945, a UNESCO denuncia as gritantes desigualdades entre os países e alerta para o importante papel da educação para o

desenvolvimento da nação, principalmente a educação de jovens e adultos. Dessa forma, com o intuito de promover ações que diminuíssem a desigualdade existente, é instalado, em 1947, o SEA – Serviço de Educação de Adultos, de onde surgiu a campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA. Seguindo a linha de campanhas para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, foram organizadas outras duas nos anos seguintes: Campanha Nacional de Educação Rural (1952), e Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958).

A partir dessas diversas campanhas instaladas é notável o reconhecimento de se realizar ações voltadas para EJA no Brasil, e também percebe-se que a mesma passa ter direcionamento próprio/singular, por outro lado vemos Campanhas de governo acontecer, e não medidas Estatais serem estabelecidas para que tenham continuidade, independente do fim do governo corrente.

Após tantas campanhas, chegamos em 1960 com 46,7% da população acima de cinco analfabetas. Um visível avanço em relação ao período de 1920.

Os anos seguintes – de 1960 a 1964 – foram anos de significativos avanços para a Educação de Jovens e Adultos. Os movimentos que apoiavam e lutavam por uma EJA de qualidade, criticava a então prática educativa – lembramos que por muito tempo a metodologia e o material didático nas aulas de EJA, eram os mesmos utilizados em aulas com crianças; e lutavam por uma educação que valorizasse o cidadão, o formasse como indivíduo crítico, participante e responsável pela sociedade em que está inserido. Foi nesse momento que foram organizadas diversas campanhas, seminários, programas etc. A saber: O Movimento de Educação de Base, da Conferência Nacional de Bispo do Brasil; o Movimento de Cultura Popular de Recife (1961); os Centros Populares de Cultura, órgãos culturais da UNE; campanha de Pé no Chão também se aprende a ler (Natal); Movimento Cultura Popular de Recife; Programa Nacional de Alfabetização com a presença do professor Paulo Freire.

As presentes campanhas mostraram um significativo avanço para com o reconhecido da importância da EJA para o Brasil, no entanto com o Golpe Militar em 1964, o país passou a viver um momento de ditadura e repressão, onde tais campanhas foram extintas e seus líderes perseguidos e alguns exilados, representando um retrocesso na modalidade, novamente. Por outro lado, o governos precisava fazer parecer que estava preocupado com a cidadania da população, com a escolarização de todos. Dessa forma o governo criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAF em 1967, uma forma de atender a EJA estabelecida pelos militares – sem

consulta de nenhum educador ou da sociedade, e prometendo acabar com o analfabetismo em 10 anos. Também como forma de combater o atraso escolar de uma parcela significativa da população adulta brasileira, foi regulamentado, com a LDB 5692/1971, o Ensino Supletivo, que tinha como objetivo dar continuidade aos estudos realizados no MOBRAL e assim cumprir com êxito a formação básica do cidadão. O Ensino Supletivo se apresentava como a escolarização do futuro, onde os estudos poderiam ser acelerados por quem não pôde estudar na idade adequada. Infelizmente, não foi observado em nenhuma das ações, o sentido político da EJA, o de formar um cidadão crítico, pois este foi substituído pela ideologia militar da época.

A partir da institucionalização da referida lei, ressaltamos que se iniciou um novo momento na educação de jovens e adultos, pois, ainda que sem o caráter político almejado pelos educadores de EJA, foi nesse momento que essa modalidade começou a dar largos passos, principalmente referindo-se às Unidades Federativas. Percebemos que esse foi a primeira ação em EJA significativa para o estado do Amazonas, visto que a partir dela iniciou-se uma organização objetivando um melhor atendimento em EJA no estado, considerando os aspectos regionais, locais, institucionais presentes, gerando assim um documento particular referente ao Ensino Supletivo no Amazonas, onde pode-se encontrar todos os aspectos institucionais relacionados. (Anexo 01).

Nesse momento é implantado pela Secretaria da Educação e Cultura do Amazonas – SEDUC/AM, diversos projetos visando o atendimento ao Ensino Supletivo, a saber: Projeto Educação Integrada (1974), Programa Samauma I e II (1974) – segundo Miranda (2003), “caracterizavam-se como “cursos preparatórios” aos exames supletivos, na função Suplência e na modalidade Educação Geral”; Projeto Ajuri II e III; Projeto Centro de Estudos Supletivos (C.E.S.) – era visto como o mais avançado projeto nessa modalidade, utilizando tecnologias educacionais e módulos de estudo; Projeto Exames Supletivos; Projeto LOGOS II (1979); Projeto de Assistência Técnica e Financeira DSU-MEC/SEDUC – segundo Miranda (2003) “se propôs a capacitação de onze (11) técnicos em educação, tanto sobre a “doutrina e filosofia do Supletivo” quanto sobre “Educação para Adultos, num período de dez (10) meses, visando transformá-los em agentes multiplicadores.”

Com a Nova República, o primeiro governo civil marcou a ruptura com a forma de tratar a EJA adotada no período militar, extinguindo o MOBRAL, e substituindo-o, em 1985, pela Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – Educar, no entanto esta herda do MOBRAL funcionários, estruturas burocráticas, concepções e

práticas político-pedagógicas. Apesar disso, a Fundação se esforça e mostra certa mudança na prática político-pedagógica com o tempo, apresentando mudanças significativas a sua subordinação à estrutura do MEC, além de apoiar iniciativas inovadoras de EJA nos municípios e entidades civis.

A redemocratização apresentou diversos avanços para EJA. Segundo Haddad (2000):

“as praticas pedagógicas informadas pelo ideário da educação popular, que até então desenvolvidas quase que clandestinamente por organizações civis ou pastorais populares das igrejas, retomaram visibilidade nos ambientes universitários e passaram a influenciar também programas públicos e comunitários de alfabetização e escolarização de jovens e adultos.”

Com o início do governo Collor, iniciam-se também diversas mudanças no país, principalmente em relação a Educação de Jovens e Adultos, pois em 1990 a Fundação Educar é extinta, surpreendendo a todos os órgãos públicos, tornando assim o atendimento à esta modalidade descentralizado, pois automaticamente a responsabilidade pela EJA passa a ser dos municípios, que passam a não ter mais o apoio da extinta Fundação. Durante seu governo, foi instituído Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), que não obteve sucesso, visto que não passou de intenção, salvo isoladas ações.

Por outro lado, no Amazonas é instituído o Projeto de Educação Básica – PEB que como Miranda (2003), nos fala:

“propõe a garantia de continuidade do processo escolar aos pós-alfabetizados, em nível de 1ª a 4ª séries do 1º Grau, a fim de lhes possibilitar o acesso aos estudos das séries finais desse grau de ensino, como sendo seu objetivo específico. (p. 160)”

Em 1992, também houve a implantação no Programa de Educação para Jovens e Adultos do Estado do Amazonas, PROEJA-AM que defendia uma nova abordagem metodológica para essa modalidade, onde os jovens e adultos deviam, de acordo com Miranda (2003) “firmar-se como ser social e político, desenvolvendo sua cultura, e ampliando suas experiências através da aquisição de novas habilidades. (p.163)”

Percebemos dessa forma, que muito havia sendo feito visando a aceleração dos estudos para jovens e adultos não escolarizados, de maneira a ensiná-los a ler e escrever para que fosse possível a aquisição do certificado de alfabetização, no entanto pouco se fazia visando a emancipação do cidadão. O PROEJA reinicia, a critério de unidade federativa, a discussão da forma como a EJA deve ser trabalhada e desenvolve ações significativas a fim de formar o cidadão crítico.

Em nível de nação, passamos por um momento de reestruturação da Lei de Diretrizes e Bases – LDB, onde se discutia quais as melhores formas de garantir legalmente a qualidade do sistema de ensino. Muitos avanços estavam sendo alcançados em nível de lei durante o processo de elaboração, no entanto o trabalho desenvolvido ao longo de 08(oito) anos de discussão, é desconsiderada, pois o projeto de lei que é aprovado é do senador Darcy Ribeiro, LDB 9394/96, onde não apresentou avanços significativos para EJA, ressaltando apenas, na sua única seção – Seção V – no art. 37 que a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. A nova LDB também reduz a idade para prestação de exames supletivos, onde para conclusão de nível fundamental, a idade mínima passa a ser 15 (quinze) anos e para conclusão de ensino médio, 18(dezoito) anos. Analisa-se que dessa forma a modalidade EJA deixa de ter o objetivo de formar um adulto participante na sua sociedade e passa a ser uma forma de, apenas, certificação de ensino.

Com o tempo, a EJA continua a ser tratada com programas de governo, e sem medidas de estado, dessa forma com o governo Fernando Henrique Cardoso - FHC (1997) é criado mais um programa, o Programa Alfabetização Solidária que estabeleceu diversas parcerias com a esfera municipal, Instituições de Ensino Superior – IES, pessoas físicas, empresas, instituições, organizações diversas e o Ministério da Educação – MEC. O programa, no entanto não durou muito, em 2002 passou se chamar AlfaSol tornando-se uma Organização Não-Governamental – ONG.

O Governo Lula (2003) criou um programa parecido com o programa anterior, o Programa Brasil Alfabetizado, que tinha como proposta a erradicação do analfabetismo no Brasil, e contava com parcerias da mesma forma que o governo FHC. Esse programa continuou ao longo do governo, e atualmente – no governo Dilma - foi descentralizado para os estados, onde cada um possui o nome do Estado. No Amazonas é o “Programa Amazonas Alfabetizado”, que segue a mesma linha do programa anterior.

Nos dias de hoje, no estado do Amazonas, podemos contabilizar 17 (dezesete) entidades que trabalham para atender a demanda da EJA, a saber: Fórum de EJA; Movimento de Educação de Base; Pastoral da Criança/Setor de EJA; de Alfabetização Solidária (MEC); Projeto SESC Ler; Programa Todas as Letras (CUT); Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas Educacionais (NEPE); Associação de Educação Católica do Amazonas (AEC); Programa Reescrevendo o Futuro; Centro de Educação de Jovens e Adultos Profa. Jacira Caboclo (CEJA); Centro Municipal de Educação de Jovens e Adultos Professor Samuel Benchimol (CEMEJA); Programa Municipal de Escolarização do Adulto e da Pessoa Idosa (PROMEAPI); Projeto Igarité/Telecurso (SEMED); Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA/PÓLO AM); Associação de Educadores Comunitários do Amazonas (ADECAM); Projeto Tempo de Acelerar (SEDUC).

Nesse sentido, se pretende no presente relatório final apresentar as categorias de análise “movimento”, “emancipação”, “educação popular”, e “educação de jovens e adultos”, bem como as análises realizadas das ações desenvolvidas pela SEMED Manaus, Fórum de EJA Amazonas e ADECAM no tempo político de 2006-2011.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Pretende-se, nesse item, abordar sobre o conceito das categorias de análise utilizadas nessa pesquisa, a fim de que futuramente, no relatório final, possamos categorizar as entidades pesquisadas com as categorias aqui relacionadas. Pretende-se dessa forma, um melhor conhecimento acerca das mesmas.

- Movimento

Na referida pesquisa, quando nos abordamos sobre movimento, estamos nos direcionando para movimentos específicos para educação de adultos. Segundo Feitoza (não sei como por a referencia, a citação é do seu artigo com a Lenize) “entendemos nesse recorte os movimentos, como iniciativas com intenções de mudança e transformação”.

Ressaltamos ainda que movimentos são, segundo Calado (1999):

“organizações coletivas empenhadas na luta em defesa de seus interesses econômicos e sócio-culturais, buscando construir sua identidade, tendo como referência oposta a ser enfrentada a

conduta dos que eles situam como adversários ou inimigos. (p. 22).”

Dessa forma entendemos que movimento é uma organização de luta, que não aceita o que foi imposto pelo sistema e almeja que o direito da sociedade civil seja assegurado de forma a garantir o Bem-Estar Social de todos.

Por ser uma organização coletiva, é composta por pessoas comprometidas com a mudança social, que compartilham de uma mesma ideologia e lutam para que esta seja aceita e garantida à população.

Ainda segundo Feitoza:

“Os movimentos sociais populares mantêm como eixo as lutas gerais, o caráter de classe social e criticam a atomização, pela perda da centralidade dos objetivos. É importante delinear, ainda, a compreensão de que os movimentos sociais populares se configuram, neste século XXI, como um espaço autêntico da organização e das lutas populares, em torno dos objetivos que tem como norte a emancipação humana.”

- Emancipação

A palavra emancipação significa o ato de tornar livre ou independente. Nesse sentido, aqui abordaremos sobre a emancipação através da educação, a forma como esta pode proporcionar a emancipação humana.

A emancipação, dessa forma, se apresenta com o intuito de libertar o indivíduo do sistema opressor em que está inserido, afim de proporcionar que ele entenda sobre o sistema econômico vigente, percebendo as injustiças para com a massa popular e a partir desse ponto lutar, agir para que a realidade seja mudada. A emancipação vem justamente a tornar o homem um ser crítico, um sujeito social consciente dos acontecimentos ao seu redor e fazê-lo se organizar para buscar pelos seus direitos, fazendo com que este se torne um ser livre de fato.

É necessário que o homem se perceba enquanto sujeito, lembramos Freire (2005) quando fala que “os oprimidos, nos vários momentos de sua libertação, precisam reconhecer-se como homens, na sua vocação ontológica e histórica de ser mais (59).”

- Educação Popular (EP) e Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Entende-se por Educação de Jovens e Adultos - EJA aquela educação destinada às pessoas que não tiveram acesso a educação escolar em idade adequada, e portanto precisam frequentar uma instituição em idade adulta, ou jovem quando se está com idade/série distorcida. É importante ressaltar que o objetivo da Educação para pessoa Jovem e Adulta não é “apenas” ensinar Português, Matemática, Geografia ou outra disciplina formal, e sim levar esse conhecimento para o cotidiano do educando, bem como torná-lo um cidadão cada vez mais ativo na sociedade em que está inserido. Partindo desse ponto percebemos que o conceito de EJA também se relaciona com a Educação Popular, discutida a seguir.

A Educação Popular é uma educação comprometida e participativa orientada pela perspectiva de realização de todos os direitos do povo. Sendo que a Educação Popular surgiu através da inspiração do movimento social, onde as pessoas lutavam por uma educação de qualidade.

Contextualizado na educação popular podemos entender como esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares onde pudesse transformar o poder burguês para que houvesse uma escola de outro jeito onde fosse proporcionado a mesma educação à todos.

Freire e Nogueira (1992) reforça a tese da estreita relação da EP com a vida política, com a prática política, em graus diferentes de apresentação. É neste momento que a Educação Popular incorpora a Educação de Adultos, transformando suas dimensões pelos desafios da realidade.

Educação Popular, que é uma educação comprometida e participativa orientada pela perspectiva de realização de todos os direitos do povo. Ela é vista como um ato de conhecimento e transformação social.

Lembramos ainda que a EP busca o resgate da cidadania e a necessidade de inclusão em todos os sentidos, por isso é direcionada às camadas populares, voltada para suas necessidades e atendendo aos seus interesses.

Não podemos deixar de lembrar Freire (1995) quando nos fala sobre a atual realidade que vivemos:

“uma sociedade desafiada pela globalização da economia, pela fome, pela pobreza, pelo tradicionalismo, pela modernidade e até pós-modernidade, pelo autoritarismo, pela democracia, pela violência, pela impunidade, pelo cinismo, pela apatia, pela desesperança, mas também pela esperança. (P, 56).”

E é nessa realidade que se encontra a educação popular e o desafio da formação de uma cultura político-democrática e cidadã das classes populares. Sendo que a EP visa educar e formar um cidadão com consciência crítica e pensante no sentido de conhecimento intelectual diante da sociedade.

Como situa Freire e Nogueira (2000)

“O conhecimento mais sistematizado é indispensável à luta popular e ele vai felicitar os programas de atuar que tu dizias; mas esse conhecimento deve percorrer os caminhos da prática. Esse percurso, ele é imediato, o conhecimento se dá à reflexão através dos corpos humanos que estão resistindo e lutando estão (portanto) aprendendo e tendo esperança.”

3. DESENVOLVIMENTO

A abordagem crítico-dialética é o marco conceitual do estudo, na dimensão posta por Sanchez Gamboa (1998), como a abordagem que se funda nos referenciais do materialismo histórico, buscando entender a especificidade da educação, em inter-relação dinâmica com os entornos, o que revela princípios básicos da Dialética: o da contradição, o da totalidade e o da negação da negação. A parte não é igual ao todo e nem o seu prolongamento, pode representar inclusive sua negação, pois o conflito entre as partes projeta novas configurações.

Uma categoria de análise articuladora do estudo trata-se da contradição, considerando que os estudos preliminares da pesquisa já apontavam para a ideia de que não poderíamos afirmar que, no conjunto das experiências investigadas, os projetos seriam caracterizados como definitivamente emancipatórios ou compensatórios, sendo dialeticamente importante que estes fossem avaliados de acordo com as predominâncias destas perspectivas. Buscamos então comprovar que há trajetórias e concepções diversas das “diretrizes emancipatórias”, nos projetos desenvolvidos nos âmbito institucional e dos movimentos sociais populares.

A abordagem crítico-dialética intenciona partir do concreto, reconhecendo que este se origina da percepção empírico-objetiva, perpassa o abstrato e as características subjetivas, produzindo uma síntese no processo de conhecimento. Assim infere Sanchez Gamboa (1998):

(...) las teorías críticas dialécticas atribuyen un status específico y un valor diferenciador a la educación con la sociedad, de tal manera que, dependiendo de la coyuntura, la educación puede ser un agente transformador de la misma (...) Tales acciones serán tanto más transformadoras, como mejor articuladas estén con otras acciones provenientes de otras formas de organización social (movimientos de la sociedad civil, organizaciones de clase, partidos políticos, etc), constituyendo así una coyuntura favorable a las transformaciones en la medida en que la correlación de fuerzas apunte para la misma dirección de cambio. (p. 80).

Para tais objetivos, adotamos como critérios de definição dos movimentos: a organicidade; as indicações temporais; o acesso às fontes e o registro de experiências institucionais e de movimentos sociais. As categorias de análise, estabelecidas durante a construção dos instrumentos de coleta de dados (fase inicial da pesquisa), foram mantidas neste momento do trabalho e estão assim definidas: Movimento; Emancipação Humana; EJA e Educação Popular, tomando por base os registros coletados através do Seminário de EJA promovido pela UFAM, em julho/2006 e os estudos de Feitoza (2008; 2010).

Consideramos, portanto, como elementos básicos da pesquisa, as fontes documentais das três entidades escolhidas – ADECAM, SEMED, e Fórum de EJA – pois, através do acesso aos registros das experiências desenvolvidas por estas, pôde ser verificado se elas desenvolvem suas atividades buscando a compensação - no sentido de proporcionar as aulas, para que esta população tenha a oportunidade de receber os certificados de estudos – ou buscando a emancipação – a transformação desses sujeitos. Dessa forma foram analisadas as experiências registradas e assim verificado o sentido predominante (compensatório ou emancipatório) através das categorias de análise citadas.

A sistematização das fontes documentais relativas às entidades e instituições, foi concluída durante a 2ª fase da investigação, onde apresentaremos neste relatório os registros das experiências dos movimentos de Educação de Jovens e Adultos em Manaus (2006-2011), bem como a definição das três experiências a serem investigadas. A intenção no segundo momento da pesquisa foi o de avaliar as potencialidades emancipatórias nas práticas de EJA desenvolvidas no espaço institucional e dos

movimentos sociais populares. Buscamos assim tratar da categoria “emancipação”, onde o objetivo foi analisar os registros documentais e as teses básicas dos autores clássicos da EJA.

31. Os Movimentos de EJA em Manaus: matrizes históricas e marcos conceituais: uma aproximação com as experiências pesquisadas.

3.1.1.1. ADECAM

Ao longo da década de 60 houve, no Brasil, diversas ações voltadas para a EJA, onde visavam a educação das massas populares que não tinham acesso à escolarização na época. Um dos movimentos responsáveis por essas ações foi o Movimento de Educadores de Base – MEB. Tal movimento foi extinto por volta de 2006, desestruturando toda a ação voltada para as camadas populares, realizada por seus educadores.

Com a extinção do referido movimento, nasce a necessidade, no estado do Amazonas, de se estruturar algo que tenha as mesmas características ideológicas voltadas para EJA, que possa atender as camadas populares. Partindo desse fato, é fundada, em 25 de março de 2007, pelos educadores vindos do MEB, a Associação de Educadores Comunitários do Estado do Amazonas – ADECAM, onde almeja “continuar a luta pela educação para todos”. Dessa forma, os antigos educadores do MEB puderam continuar com as ações desenvolvidas anteriormente pelo movimento de forma a articular conquistas para a escolarização em EJA, além de também desenvolverem ações voltadas para conquista do direito à moradia e emprego.

A ADECAM almeja, dentre outros, promover encontros de educadores, visando o fortalecimento de habilidades políticas na perspectiva da autonomia do sujeito, criando momentos de estudos e reflexão da atual situação política e social, desenvolvendo suas capacidades potencializadoras; criar comissões de educadores para abranger o quantitativo máximo de pessoas em consonância com a lei da universalização da educação como direito público subjetivo, possibilitando assim a educação emancipadora baseada no pensamento de Paulo Freire; fornecer formação continuada aos educadores; desenvolver atividades como conferências, seminários e circuitos de palestras, expandir a educação popular para todos os municípios do estado do Amazonas, promover esporte, cultura e lazer, priorizando a formação integral do cidadão.

Para melhor desenvolvimento de suas atividades, estabelece parcerias com escolas, associações, sindicatos de trabalhadores, conselhos de educação e comunidades, buscando estabelecer debates propositivos e deliberativos com as esferas do poder público no sentido de sensibilizá-las para a necessidade de ampliação e do subsídio/ elementos necessários para todas as etapas da EJA, contemplando também a educação popular na diversidade, promovendo diálogo aberto com a sociedade, com os representantes pela educação e administração pública.

Atualmente possui parcerias com Escola municipal Nova Vida, Universidade do Estado do Amazonas - UEA, Associação comunitária do São Sebastião e SEARP – Secretária de Articulação e Política com os movimentos sociais, Cáritas Arquidiocesana de Manaus, CMP, gabinete do Vereador Prof. Bibiano, RECID - Rede de Educação Cidadã, SENTRAB – Secretaria Estadual do Trabalho do Amazonas e Fóruns: Economia solidária, de Educação, de Reforma Urbana, de Educação de Jovens e Adultos, de Desenvolvimento regional, bem como o Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas Educacionais – NEPE, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Possui, também, representatividade na Conferência Nacional das Cidades, no Movimento nacional de luta pela moradia – MNLN, na Central de movimentos populares – CMP, no Fórum de Educação de Jovens e Adultos, na Agenda territorial de alfabetização de jovens e adultos do Amazonas, no Núcleo ODM Amazonas, no Fórum amazonense de reforma urbana, na Rede de educação cidadã – RECID, Movimento de educação de base – MEB, no Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas Educacionais – NEPE/ UFAM, na Economia solidária (municipal), no Centro de formação em economia solidária – CFES, no PROEJA – IFAM, no Fórum de mulheres, no Grito dos excluídos, bem como Núcleo de educadores populares

Os educadores comunitários atuam nas diversas comunidades de Manaus, trabalhando com a educação de jovens e adultos e alfabetização de crianças, partindo sempre da necessidade da comunidade. A ADECAM busca oferecer a seus associados suportes para o trabalho nas comunidades, como por exemplo, livros, materiais escolares, carteiras e até mesmo o espaço onde as aulas são realizadas. Contam também com o apoio da Igreja Católica, ao realizarem alfabetização em espaços cedidos pela arquidiocese. Os educadores não recebem apoio financeiro e atuam de forma voluntária. Assim, trabalham durante um turno em empresas, escolas, onde são remunerados e em outro turno realizam o trabalho voluntário, ministrando aulas para aqueles que não

puderam estudar por dificuldades diversas e são excluídos do processo formal de escolarização.

A instituição acredita e defende a educação libertadora, pautada nos princípios de Paulo Freire, formando um cidadão sujeito, discutindo sobre a política e contribuindo para o processo de desalienação, acreditando que seu papel enquanto formadora de educandos não é somente alfabetizar, mas conscientizar para a libertação.

Pudemos ainda encontrar em seu documento sobre a visão e missão da Associação, relato que a mesma visa criar possibilidades de comunhão na integração do ser, vivificando aspectos humanizantes nos diversos espaços da cidadania, entendidos aqui como espaços de gente (...); e tem como missão promover encontros para fortalecimento de habilidades políticas na perspectiva da conquista da autonomia do sujeito, desenvolvendo suas capacidades potencializadoras não permitido criar raiz à margem da sociedade.

A ADECAM, segundo documento de visão e missão da organização, possui doze (12) objetivos principais: Recepcionar e acolher educadoras e educadores comunitários bem como educandos, Acompanhamento dos trabalhos nas comunidades, Desenvolver relação de parcerias com vários atores sociais, Manter educadoras e educadores informados de forma pedagógica e administrativa para o sucesso dos trabalhos, Desenvolver espírito de iniciativa, responsabilidade de trabalho em equipe e colaboração, Manifestar postura ética e profissional, Respeitar as normas administrativas internas: horários, pontualidade e assiduidade objetivando efetividade no desempenho das atividades, Manter atitude profissional com os demais parceiros internos e externos da associação, Relacionar-se com atitude respeitosa com colaboradores, Zelar pelo patrimônio o qual estamos utilizando, Manter processos avaliativos contínuo no trabalho desenvolvido, e Desenvolver formação continuada no núcleo e nas comunidades.

Possui também quatro (04) propostas de política para a Educação, onde defende a contratação de 30% do educador popular pela rede, formação continuada a nível superior, plano de carreira e salários, bem como a valorização do educador popular.

Ressaltamos ainda a dificuldade de encontrar registros acerca das ações concretas promovidas pela ADECAM, no entanto, ainda assim, partindo da análise do documento de visão, missão e objetivos da mesma, podemos constatar que a associação pode se enquadrar, de forma predominante, na categoria “movimento”, considerando que esta tem como ideias, de acordo com seus documentos indenitários, a luta em defesa

dos direitos econômicos e sócio-culturais da camada popular, além de criar momentos de estudo, reflexão e análise da atual conjuntura política, social, econômica, cultural e histórica.

Dessa forma notamos ainda que, de acordo com seus documentos, suas atividades são voltadas para promoção de educação, cultura, esporte e lazer priorizando a formação de um cidadão integral, mas ainda assim não podem ser classificadas como emancipatórias, partindo do conceito de Feitoza apud Fávero e Pinheiro (2012) que afirma que “para a emancipação humana plena, necessária se faz a luta pelo fim da sociedade burguesa, incompatível com a ética e emancipação.” (p. 213). Nesse sentido, as atividades desenvolvidas pela ADECAM mostram-se compensatórias, onde vem oferecendo a formação, cidadão e defendendo a educação popular, além de lutar pelos direitos da massa popular, mas ainda assim faz parte da sociedade capitalista que temos instalada ainda hoje.

3.1.2. Fórum EJA

O Fórum de EJA do Amazonas foi instalado no dia 23 de junho de 2003, junto com 26 instituições que atuam direta ou indiretamente no campo de EJA.

O Fórum de EJA (articulações de entidades e instituições de EJA no estado do Amazonas) caracteriza-se, de acordo com seu portal disponível na internet (<http://forumeja.org.br/am/node>), por ser uma articulação informal de educadores, entidades de poder público, universidades, organizações não-governamentais, movimentos sociais e de empresas privadas, que visam a formação de práticas em EJA. Proporciona um espaço de discussão da referida temática com o intuito de trazer melhorias educacionais para este campo.

Logo após sua instalação no Amazonas, o Fórum realizou um encontro temático onde reuniu 150 profissionais de EJA do estado, além de ter participado do Encontro Nacional de EJA – ENEJA, que aconteceu em Cuiabá.

O Fórum hoje desenvolve diversas atividades, a saber: elaboração de materiais e recursos didáticos de acordo com a realidade da região, refletindo sobre todo o cotidiano e experiências da clientela atendida; desenvolve uma grade curricular específica com os conteúdos voltados para a realidade e interesses do educando em EJA; promove formação específica para os educadores que atuam e/ou atuarão em EJA; implementação de uma política educacional, que ofereça maiores experiências aos

educadores de EJA; incentiva à produção de relatos de experiências, como instrumento de pesquisa e reflexão da ação educativa; garante a formação inicial e continuada dos educadores em EJA.

O Fórum de EJA do Amazonas participou, também, do Encontro Estadual para a IV CONFITEA, que ocorreu em 2009, sendo representado pelo professor Nilton, onde o mesmo mediou, segundo o relatório do encontro, a plenária para as deliberações de propostas de mudança da redação do regimento do referido encontro, destacando o capítulo VII, Art. 14, onde propunha a inclusão da educação carcerária no Regimento do Encontro, onde foi aprovado pela plenária.

Destacamos ainda a participação na II Oficina Nacional da Agenda Territorial, seção Região Norte, onde o professor Nilton, representante do referido Fórum, foi escolhido como coordenador e relator dos trabalhos.

O Fórum, também, faz parte da Comissão Estadual de Informação sobre Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, que foi instituída, em 2009, pela Secretaria do Estado de Educação e Qualidade de Ensino. Tal Comissão tem como objetivo, segundo a portaria GS n. 14 de 11 de fevereiro de 2009, garantir o cumprimento das ações propostas pelas agendas territoriais de desenvolvimento integrado de alfabetização e de educação de Jovens e Adultos.

Com o intuito de colaborar para o resgate das experiências em EJA, contribuindo assim para a construção de um histórico acerca desta, foram elaborados o portal *online* (forumeja.org.br), onde foi lançado em 2005 no ENEJA que engloba todos os fóruns do Brasil, de forma a concentrar as informações acerca do que está sendo discutido sobre EJA em cada estado.

Percebe-se assim que o Fórum de EJA do Amazonas não desenvolve ações com de EJA propriamente, como alfabetização, formação, entre outras, e sim trabalha reunindo as entidades que desenvolvem esse trabalho, para que possam discutir, compartilhar informações, bem como montarem propostas pedagógicas para EJA juntos, e assim melhorar as ações desenvolvidas.

Dessa forma, o Fórum vem a ser considerado um movimento, em sua predominância, devido se enquadrar na afirmação de Calado (1999), e ser uma

organização coletiva empenhada na luta em defesa de seus interesses econômicos e sócio-culturais, buscando construir sua identidade, tendo como referencia oposta a ser enfrentada a

conduta dos que eles situam como adversários ou inimigos. (p. 22)

3.1.3. SEMED

A SEMED/Manaus tem origem nos anos de 1970, quando o então prefeito promulga a lei 1094/70, onde em seu 16º artigo cria a Secretaria de Desenvolvimento Comunitário – SEDESCO, que se torna responsável por administrar a Educação, o Ensino e a Cultura (Letras e Artes, Assistência Social, Abastecimento, Saúde, Promoção-Desporto e Turismo, Administração de bairros e distritos e o Corpo de Bombeiros). Seu primeiro secretário foi o Dr. Aldimar Marinho Sampaio. Vale lembrar que a reforma administrativa com a referida lei foi realizada por etapas e supervisionada, orientada e coordenada pela Secretaria de Coordenação de Planejamento.

Em 1974, com o então prefeito sr. Frankin Abrahim Lima, a lei 1.175 modificou a lei anterior de forma a criar a Secretaria da Educação, da Cultura e do Bem Estar Social – SEBEM, de forma a cuidar da Educação e do Ensino, Cultura – Letras e Artes, Assistência Social e Saúde, Ação Preventiva e Vigilância Sanitária, onde teve como secretário sr. Josué Cláudio de Souza Filho.

Em 1975, o novo prefeito, coronel Jorge Teixeira de Oliveira reestruturou a administração municipal, e todas as secretarias passam a se chamar “Secretaria Municipal”. Com a lei 1240, que alterava a lei 1316 da lei 1094/70, criou a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

A educação administrada pelo município caminhou em curtos passos, somente em 1974 foi implantada a primeira turma de 5ª série do 1º Grau do município, com todos os professores qualificados. Lembramos que anteriormente a secretaria possuía um grande número de professores leigos (para qualificação dos mesmos, foram promovidos diversos cursos de capacitação e atualização).

No ano de 1978, a SEMEC possuía um quantitativo de cinquenta e quatro (54) escolas na zona rodoviária, sessenta e cinco (65) na zona ribeirinha e nove (9) suburbanas. É importante ressaltar que a maior demanda da secretaria nesse ano, era a alfabetização de adultos, onde atendia cerca de 8.000 estudantes.

Na década de 1980, a população manauara tem um intenso crescimento populacional, visto que foi nesse momento que se criou a Zona Franca de Manaus, atraindo muitos trabalhadores para a região. Partindo disso, a SEMED passa por

diversas transformações e amplia o atendimento escolar a fim de atender toda a demanda.

Em 1985, com a administração do prefeito Amazonino Mendes e com o Secretario Municipal de Educação João Félix Toledo Pires, é intensificado o trabalho no Programa Novas Metodologias, tendo como projetos principais Projeto Espiral e Meu Filho (dedica às crianças em situação de risco social).

A então SEMED chega em 1986 atendendo cerca de 57.000 alunos, onde destes aproximadamente 6.500 são alunos do ensino supletivo.

Com a administração em 1989 do prefeito Arthur Virgílio Neto, a secretaria passa a ser denominada Secretaria Municipal de Educação. O grande marco dessa gestão é o projeto “Brigada da Alfabetização”, destinado aos jovens e adultos, fundamentado nas ideias de Paulo Freire.

Em 1993, com o prefeito Amazonino Mendes e Secretario de Educação José Melo de Oliveira, são extintos os projetos Espiral e Meu Filho, e não há alteração significativas para EJA. Nesse ano, o atendimento ao ensino supletivo chega a 10.493 alunos. Ressaltamos que até o momento a nomenclatura utilizada é ensino supletivo onde permanece assim até 1996.

A partir de 1997 a secretaria passa a denominar essa modalidade como Educação de Jovens e Adultos – EJA. Ano a ano percebe-se um aumento significativo no atendimento a EJA. A secretaria, em 2001, atendeu cerca de 17.700 alunos em EJA, mostrando um aumento da verba destinada, das salas de aula e de profissionais destinados a ela. Não podemos, no entanto, por ora, analisar como essas salas de aula estão desenvolvendo suas atividades, que material utilizam e suas ações visam de fato a emancipação humana.

O setor de Educação de Jovens e adultos da referida secretaria vem desenvolvendo alguns projetos com o intuito de fortalecimento da referida modalidade. Segundo seus documentos, a secretaria desenvolveu o “Projeto Histórias de Vida”, onde tinha como ação assegurar a atualização e publicação periódica dos dados sobre o analfabetismo local para o planejamento das ações da SEMED, principalmente no que se refere à mobilização na área de Alfabetização de Jovens e Adultos (AJA), e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Propôs também atividades como produção de relatos das experiências (a serem realizadas na sala de aula pelos alunos sob orientação dos professores), escolha das experiências que serão publicadas, feita em cada turma (a

serem escolhidas um total de cinco), sistematização do material, e por fim lançamento do livro com as experiências.

Além do projeto acima citado, a secretaria também desenvolveu, de acordo com seus registros, a Olimpíada de Matemática da Educação de Jovens e Adultos – OLIMEJA, com o objetivo de promover o ensino e aprendizagem da matemática de maneira dinâmica, prazerosa, e eficaz nas turmas da terceira fase do I segmento de EJA, propiciando, de acordo com o projeto, aos alunos a oportunidade para enfrentar os desafios na sociedade.

A secretaria também desenvolveu o projeto “Círculo de Leitura e Escrita na EJA” que, de acordo com seus documentos, teve o intuito de estimular de forma criativa a prática da leitura e da escrita entre os alunos da EJA, por meio da leitura e produção de desenhos, frases e textos poéticos, narrativos, dissertativos, biográficos e autobiográficos. Participaram do concurso Escola Leitora 80 escolas de 1º segmento – EJA da rede municipal de ensino.

Nesse sentido podemos categorizar a referida secretaria, como Educação de Jovens e Adultos, no sentido de desenvolver ações voltadas os jovens e adultos não escolarizados na idade adequada. Lembramos assim, Paiva (1987) quando afirma que a EJA apresenta-se como uma faceta da educação popular, em pelo menos três sentidos básicos: Como educação popular, destinada àqueles que não tiveram oportunidades educacionais em idade própria ou não tiveram de forma suficiente, diretriz seguida pelas iniciativas oficiais, percebendo escolarização/ suplência; a educação destinada às camadas populares, a educação das series fundamentais, extensivas a toda população.

Percebemos na análise dos documentos dos projetos citados acima que a secretaria vem a desenvolver ações compensatórias, onde oferece a escolarização para os jovens e adultos que não tiveram acesso na idade adequada, compensando assim a ausência anterior do estado (a falta de oportunidade da escolaridade na idade ideal).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da presente investigação, partimos de estudos acerca das entidades que desenvolvem ações voltadas para Educação de Jovens e Adultos no Amazonas, onde foram escolhidas três entidades a serem aprofundadas: ADECAM, Fórum de EJA do Amazonas, e SEMED, onde nos orientamos através das categorias de análise

Movimento, Emancipação, Educação Popular e EJA, para averiguar se suas ações vem sendo desenvolvidas de forma emancipatória ou compensatória.

No percorrer dos estudos, foi percebido que o caráter emancipatório vem a ser algo complexo e difícil de concretizar-se enquanto se vive em uma sociedade capitalista, pois, para que tenhamos ações emancipatórias, se faz necessário que o estado burguês seja extinto. Dessa maneira, percebe-se que as ações desenvolvidas pelas entidades estudadas se apresentam como compensatórias, pois buscam oferecer aos jovens e adultos não escolarizados na idade adequada, a escolarização que o estado não conseguiu oferecer na idade ideal, fazendo assim uma compensação dos direitos já perdidos anteriormente.

Nessa pesquisa foram estudadas entidades distintas em seus objetivos principais, visto que uma – ADECAM – é um movimento oriundo do MEB, que desenvolve suas atividades em parceria, dentre outras, com a igreja católica, a outra –Fórum de EJA – não se apresenta exatamente como uma instituição que desenvolve ações concretas diretamente com os jovens e adultos não escolarizados, e sim desenvolve atividades de discussão, debates, e construção junto com as diversas outras entidades de EJA, de forma a contribuir na formação dos educadores, e por ultimo uma instituição governamental – SEMED/Manaus – que é uma secretaria do município, apresentando suas ações de forma distinta das outras duas, desenvolvendo programas e projetos com jovens e adultos matriculados na secretaria. Percebe-se que ainda que as instituições sejam diferentes entre si, todas vem apresentando ações que visam a compensação dos jovens e adultos da EJA.

Ressaltamos ainda a dificuldade de analisar com maior rigor as ações de cada instituição, haja vista a falta de registros de algumas organizações, e dificuldade em disponibilizar os materiais necessários para a pesquisa. Tornando assim complexa a ação de verificar uma clara alusão à compreensão da educação em sentido amplo e de EJA.

Contudo, percebemos que a Educação de Jovens e Adultos ainda é trabalhada como uma modalidade secundária, onde são limitados os projetos voltados pra ela, e as instituições governamentais ainda não atendem 100% do público de EJA, fazendo com que tenha a necessidade das ações de instituições como a ADECAM.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel González. Educação de jovens – adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L. (Org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. São Paulo: Autêntica, 2006.

_____. **A Atualidade da Educação Popular**. In: Educação Popular: paradigmas e atores. UFMT, 2000. Disponível em: <http://WWW.Ufmt.br/revista/arquivo/rev19/Arroyo_1.htm> (Acessada em 19/06/2008).

CHAGAS, Lilane Maria de Moura. **Alfabetização de Jovens e Adultos: Trajetória Histórica de uma Experiência- NEPE/UFAM 91989-1996**. Florianópolis, 1998. (UFSC, Dissertação de Mestrado).

CUNHA, C. R. C da. **As Políticas Públicas e a Qualificação dos Trabalhadores: Programa SESI/AM Educação do Trabalhador (200-2002)**. Manaus, 2004. (Dissertação de Mestrado, UFAM).

FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular**. Análise da prática educativa do MEB- Movimento de Educação de Base (1961-1966). – Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Coleção Educação Contemporânea).

_____. (org). **Cultura Popular. Educação Popular**. Memória dos anos 60. – 2. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

_____. Lições da história: os avanços de sessenta anos e a relação com as políticas de negação de direitos que alimentam as condições de analfabetismo no Brasil. In: OLIVEIRA, Inês, PAIVA, Jane. (org). **Educação de Jovens e Adultos**. DP& A Editora. RJ: 2004.

_____. **Materiais Didáticos para a Educação de Jovens e Adultos**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 71, p. 39-62, jan./abr. 2007 39. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> (Acesso em 12.03.2012).

FEITOZA, Ronney. **Movimentos de Educação de pessoas jovens e adultos na perspectiva da educação popular no Amazonas: Marcos históricos, matrizes conceituais e impactos políticos**. Universidade Federal da Paraíba, julho de 2008. (Tese de Doutorado).

_____. **A Educação de Pessoas Jovens e Adultas no Brasil e no Amazonas: marcos conceituais, históricos e potencialidades emancipatórias**. (mimeo, 2011).

_____. **Educação Popular e Emancipação Humana: Matrizes históricas e conceituais na conquista do reino da liberdade**. In: ROSAS, Agostinho da Silva;

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da liberdade**. 14 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

MELO NETO, José Francisco (orgs). **Educação Popular: Enunciados Teóricos**. Vol. 2. João Pessoa: Editora da UFPB, 2008.

_____. **Ética, Política e Educação: Investigação crítica dos constituintes éticos e disposições emancipatórias presentes nos principais movimentos de Educação de Pessoas Jovens e Adultas e nos projetos hegemônicos oficiais de EJA da região metropolitana de Campinas**. Relatório Final do Estágio de Pós-Doutorado. FE-UNICAMP, 2010.

FERREIRA, 2011. Maria da Conceição Monteiro. **Aceleração da aprendizagem para jovens e adultos: um olhar sobre o projeto tempo de acelerar em Manaus**. Universidade Federal do Amazonas, novembro de 2011. Dissertação (Mestrado em Educação).

FREIRE, Paulo. **Conscientização: Teoria e Prática da Libertação**. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

MARTINS, Ana Cristina Fernandes. **As Políticas Públicas em Educação de Jovens e Adultos: reflexões sobre as ações do programa Alfabetização Solidária desenvolvidas através da Universidade Federal do Amazonas (1998-200)**. UFAM. Manaus, 2002. (Dissertação de Mestrado).

_____. **Entre picadas e trilhas: trajetórias de famílias em área de assentamento em Manaus-Am.**, Ano de Obtenção: 2010. (Tese de Doutorado).

MELO NETO, José Francisco. **O Diálogo como Matriz Pedagógica da Educação Popular – uma visão freireana**. In: I Seminário Estadual “Movimentos Sociais, Educação de Pessoas Jovens e Adultas e Emancipação: Matrizes históricas, marcos conceituais e impactos políticos no Brasil e no Amazonas”. UFAM. Manaus, AM, 2006 (mimeo).

MIRANDA, A. A. S de. **Educação de Jovens e Adultos no Estado do Amazonas**. – Manaus: EDUA, 2003.

NUNES, César. **Educar para a Emancipação**. – Florianópolis, SC: Sophos, 2003.

_____. **Matrizes e perspectivas históricas da educação popular no Brasil: práticas de resistências e emancipação frente ao processo de exclusão do mundo**

globalizado. In: II Seminário de Educação Popular do Amazonas, Manaus, 1997, Amazonas: UFAM, 1999 (mimeo).

NUNES, César. FEITOZA, Ronney. **Os Movimentos Sociais e as Políticas Educacionais Diante da Questão da Emancipação Humana: As Tendências Reis e as Novas Ilusões Repostas.** Quaestio (UNISO). , v.10, p.71 - 94, 2008.

OLIVEIRA, Maria Sônia. **Trabalho e Educação: Um olhar sobre a Educação de Jovens e Adultos e a Relação com o Mundo do Trabalho.** Dissertação de Mestrado. FAGED, UFAM: Manaus, 2007.

PAIVA, Vanilda. **Educação popular e educação de adultos.** SP: Edições Loyola, 1987.

RIBEIRO, M. **A Universidade vai ao povo ou o povo vai á Universidade?** Um estudo sobre a crise da universidade moderna e de alternativas para uma Universidade brasileira democrática e competente. Tese (Doutorado em Educação). – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.

SANCHEZ GAMBOA, Sílvio. A Dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: FAZENDA, Ivani. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional.** 5. ed. SP: Cortez, 1999.

_____. **Fundamentos para la investigación educativa.** Santa Fé de Bogotá: Cooperativa Editorial Magisterio, 1998.

SANTOS, R. P. **Trajetórias de Escolarização de Jovens de Classes Populares: elementos para uma análise da relação sociedade, educação e trabalho.** Manaus, junho de 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção Memória da Educação).

6. CRONOGRAMA

Nº	Descrição	Ag 2012	Set	Out	Nov	Dez	Jan 2013	Fev	Ma r	Abr	Mai	Jun	Jul
01	Revisão da Literatura sobre o eixo da pesquisa/ referências sobre a investigação.	R	R										
02	Mapeamento das ações em EJA: Institucionais e dos movimentos sociais (2006-2011).			R									
03	Registro documental das experiências vigentes de EJA em Manaus:			R									
04	Aprofundamento e sistematização das categorias de análise: Movimento; Educação de Jovens e Adultos; Educação Popular; Emancipação.				R								
05	Estudo dos eixos documentais (textos dos projetos e materiais didáticos).							R	R	R			
06	Análise do eixo: Movimentos de EJA em Manaus: caráter emancipatório ou									R	R	R	

ANEXOS

Roteiro para registro de experiências de EJA no Amazonas

1. Título:
2. Instituição ou entidade responsável:
3. Local:
4. Ano de implantação:
5. Responsável (responsáveis) pela experiência:
6. Atendimento:
7. Tipo e área de educação: (formal, não formal, informal):
8. Metodologia do trabalho:
9. Resumo/Relato da experiência: